

JOSÉ JAIRO GOMES

DIREITO ELEITORAL

18^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 17.02.2022

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Alameda Arapoema, 659 – Sala 05 – Tamboré

Barueri – SP – 06460-080

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G614d

18. ed.

Gomes, José Jairo

Direito Eleitoral / José Jairo Gomes. – 18. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-203-2

1. Direito eleitoral – Brasil. I. Título.

22-75728

CDU: 342.8(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

1	Direitos Políticos	1
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política.....	4
1.1.3	Direitos políticos	5
1.2	Direitos humanos e direitos políticos	7
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos	10
1.4	Privação de direitos políticos.....	10
1.4.1	Considerações iniciais	10
1.4.2	Cancelamento de naturalização	13
1.4.3	Incapacidade civil absoluta	14
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	15
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado	17
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	25
1.4.6	Improbidade administrativa	27
2	Direito Eleitoral	31
2.1	Conceito e fundamento do direito eleitoral.....	31
2.2	O microsistema eleitoral.....	33
2.3	Conceitos indeterminados	33
2.4	Fontes do Direito Eleitoral	34
2.5	Hermenêutica eleitoral	38
2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	42
2.6	Relação com outras disciplinas.....	50
3	Princípios de Direito Eleitoral	53

3.1	Sobre princípios.....	53
3.1.1	Princípio e valor	58
3.2	Princípios de Direito Eleitoral	61
3.3	Democracia	64
3.3.1	Ideia de democracia	64
3.3.2	Democracia representativa	68
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	71
3.4	Soberania popular	72
3.5	Princípio republicano	73
3.6	Sufrágio universal.....	74
3.6.1	O que é sufrágio?.....	74
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	75
3.6.3	Classificação do sufrágio	76
3.6.4	Sufrágio e voto.....	78
3.7	Legitimidade das eleições.....	78
3.8	Moralidade	80
3.9	Probidade	82
3.10	Igualdade ou isonomia	83
3.11	Pluralismo político	84
3.12	Liberdade de expressão.....	87
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão	92
4	Justiça Eleitoral	95
4.1	Considerações iniciais	95
4.2	Funções da justiça eleitoral	99
4.2.1	Função administrativa.....	99
4.2.2	Função jurisdicional	100
4.2.3	Função normativa	102
4.2.4	Função consultiva	103
4.3	Tribunal Superior Eleitoral	104
4.4	Tribunal Regional Eleitoral.....	107
4.5	Juízes eleitorais.....	111
4.6	Juntas Eleitorais	114
4.7	Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.....	115
5	Funções essenciais à Justiça Eleitoral	117
5.1	Ministério Público Eleitoral.....	117
5.1.1	Considerações iniciais	117
5.1.2	Procurador-Geral Eleitoral.....	119
5.1.3	Procurador Regional Eleitoral.....	120
5.1.4	Promotor Eleitoral	121

5.1.5	Conflitos de atribuição entre membros do MP Eleitoral	124
5.2	Defensoria Pública Eleitoral	126
5.3	Advocacia eleitoral	126
6	Partidos políticos.....	127
6.1	Introdução	127
6.2	Definição	130
6.2.1	Função	131
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	132
6.2.3	Coligação partidária	133
6.2.4	Federação partidária	135
6.3	Regime e natureza jurídica.....	137
6.3.1	Regime jurídico	137
6.3.2	Natureza jurídica	137
6.4	Registro no TSE.....	138
6.5	Organização	139
6.5.1	Liberdade de organização	139
6.5.2	Estrutura geral	140
6.5.3	Incorporação e fusão de partidos	143
6.5.4	Fundação e instituto partidário	145
6.6	Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária	146
6.7	Propaganda partidária e intrapartidária	150
6.7.1	Propaganda partidária.....	150
6.7.2	Propaganda intrapartidária	154
6.7.3	Responsabilização por propaganda ilícita	156
6.8	Finanças partidárias	156
6.8.1	Financiamento partidário	156
6.8.2	Despesas partidárias	159
6.8.3	Prestação de contas partidárias	160
6.9	Fidelidade partidária.....	164
6.10	Perda de mandato por infidelidade partidária	167
6.11	Extinção de partido político	180
6.12	Competência jurisdicional para questões partidárias	181
6.13	Vícios do sistema partidário brasileiro	182
6.14	Improbidade administrativa em partido político	185
7	Sistemas eleitorais.....	189
7.1	Considerações iniciais	189
7.2	Sistema majoritário	190
7.2.1	Sistema distrital	191
7.2.2	Distritão.....	193

7.3	Sistema proporcional	195
7.3.1	Introdução	195
7.3.2	Sistema proporcional no Brasil	196
7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais	197
7.3.4	Críticas ao sistema proporcional	202
7.3.5	Suplência	205
7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível	206
7.4	Sistema misto	207
8	Alistamento eleitoral	209
8.1	Considerações iniciais	209
8.2	Domicílio eleitoral	210
8.3	Alistamento eleitoral obrigatório	211
8.3.1	Realização do alistamento	211
8.3.2	Pessoas obrigadas a se alistar	214
8.3.3	Proteção de dados e sigilo do cadastro eleitoral	217
8.4	Alistamento eleitoral facultativo	219
8.5	Inalistabilidade	219
8.6	Transferência de domicílio eleitoral	220
8.7	Cancelamento e exclusão	224
8.8	Revisão do eleitorado	227
9	Elegibilidade	231
9.1	Caracterização da elegibilidade	231
9.2	Condições de elegibilidade	232
9.2.1	Nacionalidade brasileira	232
9.2.2	Pleno exercício dos direitos políticos	233
9.2.3	Alistamento eleitoral	233
9.2.4	Domicílio eleitoral na circunscrição	234
9.2.5	Filiação partidária	235
9.2.6	Idade mínima	237
9.2.6.1	Há idade máxima para se candidatar?	239
9.3	Elegibilidade de militar	240
9.4	Reelegibilidade	242
9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade	243
9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade	246
9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade	246
10	Inelegibilidade	249
10.1	Conceito	249
10.2	Fonte	250
10.2.1	Tratado ou convenção internacional como fonte de inelegibilidade	251

10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	252
10.3.1	Natureza jurídica da inelegibilidade.....	252
10.3.2	Fundamento da inelegibilidade.....	255
10.4	Princípios reitores	257
10.5	Classificação.....	259
10.6	Duração da inelegibilidade	260
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização	261
10.7.1	Desincompatibilização e reeleição.....	262
10.7.2	Flexibilização do instituto da desincompatibilização?	262
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	263
10.8.1	Considerações iniciais	263
10.8.2	Inelegibilidade de inalistáveis.....	264
10.8.3	Inelegibilidade de analfabetos	264
10.8.4	Inelegibilidade por motivos funcionais.....	269
10.8.5	Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes	275
10.8.5.1	Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio e união estável.....	280
10.8.5.2	Inelegibilidade reflexa e família homoaferiva	284
10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau.....	285
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau	286
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilidade reflexa	286
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	287
10.9.1	Considerações iniciais	287
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90.....	288
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, artigo 1º, I.....	289
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b) ...	289
10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c)....	291
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d)	292
10.9.3.4	Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e)	297
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f)	306
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, g)	307
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, h)	319

10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i).....	322
10.9.3.9	Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j)	322
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, k) ...	325
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, l)...	328
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, m).....	332
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, n).....	333
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, o) ...	335
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, p)	337
10.9.3.16	Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I, q)	340
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, artigo 1º, II a VII	341
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República	341
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador	343
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito	344
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado	344
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Deputados	344
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal	344
10.9.4.7	Desincompatibilização – regramento geral de servidores públicos	345
10.9.4.8	Situações especiais	349
10.10	Arguição judicial de inelegibilidade	357
10.11	Aferição das causas de inelegibilidade.....	358
10.11.1	Regra geral: aferição no momento do registro de candidatura	358
10.11.2	Inelegibilidade superveniente: momento de aferição	358
10.11.3	Inelegibilidade posterior à data da eleição: irretroatividade da inelegibilidade	359
10.12	Elegibilidade superveniente	360
10.12.1	Alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao pedido de registro: parte final do § 10, art. 11, LE...	360

10.12.2	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade	365
10.12.3	Inelegibilidade extinta após a data da eleição: irretratividade da elegibilidade.....	367
10.13	Suspensão de inelegibilidade	368
10.13.1	O artigo 26-C da LC nº 64/90	368
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	372
11	Processo eleitoral.....	373
11.1	O que é processo eleitoral?	373
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral	377
11.3	Anualidade eleitoral	378
12	Convenção partidária	387
12.1	Caracterização da convenção partidária	387
12.2	Impugnação da convenção.....	392
12.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?... ..	393
12.4	Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição	393
12.5	Divulgação pública da convenção.....	394
12.6	Prévias partidárias ou eleitorais.....	395
12.6.1	Primárias americanas	395
13	Registro de candidatura.....	397
13.1	Processo de registro de candidatura	397
13.1.1	Considerações iniciais	397
13.1.1.1	Candidatura coletiva	400
13.1.2	Rito.....	401
13.1.3	Formalidades para o pedido de registro	407
13.1.3.1	Documentos necessários ao registro.....	409
13.1.3.2	Identificação do candidato	419
13.1.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia	421
13.1.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI.....	421
13.1.5	Candidatura nata.....	421
13.1.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido	422
13.1.7	Quota eleitoral de gênero.....	425
13.1.7.1	A questão dos trans, transgênero e transsexual.....	432
13.1.7.2	Fraude na quota de gênero	433
13.1.7.3	Financiamento da quota de gênero	436

13.1.8	Quota eleitoral étnico-racial.....	436
13.1.9	Vagas remanescentes.....	437
13.1.10	Substituição de candidatos.....	437
	13.1.10.1 Substituição de candidato majoritário	440
	13.1.10.2 Substituição de candidato proporcional ..	442
13.2	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	442
13.2.1	Notícia de inelegibilidade.....	442
13.2.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	444
	13.2.2.1 Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	444
	13.2.2.2 Procedimento	445
	13.2.2.3 Prazos	446
	13.2.2.4 Início do processo.....	447
	13.2.2.5 Competência	448
	13.2.2.6 Petição inicial	449
	13.2.2.7 Objeto.....	449
	13.2.2.8 Causa de pedir.....	449
	13.2.2.9 Partes	453
	13.2.2.10 Citação do impugnado.....	459
	13.2.2.11 Defesa	459
	13.2.2.12 Desistência da ação.....	460
	13.2.2.13 Tutela provisória	461
	13.2.2.14 Extinção do processo sem resolução do mérito	465
	13.2.2.15 Julgamento antecipado do mérito	465
	13.2.2.16 Fase probatória: audiência de instrução e diligências	466
	13.2.2.17 Alegações finais.....	468
	13.2.2.18 Julgamento	469
	13.2.2.19 Eficácia da decisão que indefere registro de candidatura.....	471
	13.2.2.20 Recurso.....	473
14	Campanha eleitoral	479
14.1	Campanha eleitoral e pré-campanha.....	479
	14.1.1 Pré-campanha	480
14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral	482
	14.2.1 Direitos de candidato.....	482
	14.2.2 Deveres de candidato.....	483
15	Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas	487
15.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	487

15.1.1	Modelos de financiamento de campanha eleitoral	487
15.1.2	Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral	493
15.1.2.1	Limite de gastos de campanha	494
15.1.2.2	Financiamento público	495
15.1.2.2.1	Financiamento da quota eleitoral de gênero.....	498
15.1.2.2.2	Financiamento étnico-racial de candidaturas	499
15.1.2.3	Financiamento privado	500
15.1.2.3.1	Introdução	500
15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos.....	500
15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária.....	501
15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação	503
15.1.2.4	Recursos de campanha.....	503
15.1.2.5	Objeto da doação	509
15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas.....	511
15.1.2.7	Gastos eleitorais	515
15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro ...	518
15.1.2.9	Administração financeira da campanha ...	519
15.2	Prestação de contas de campanha eleitoral.....	520
15.2.1	Generalidades	520
15.2.2	Formas de prestação de contas	521
15.2.3	Prestações de contas parciais e finais.....	522
15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral.....	523
15.2.5	Julgamento da prestação de contas.....	524
15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada	529
15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas.....	530
15.2.5.3	Recursos	531
15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica	532
15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido	532
15.2.7	Conservação dos documentos.....	534
15.3	Ação por doação irregular a campanha eleitoral	534
16	Pesquisa eleitoral	541

17	Propaganda eleitoral	547
17.1	Propaganda política	547
17.1.1	Caracterização da propaganda política	547
17.1.2	Influência das novas tecnologias comunicacionais....	550
17.1.3	Tipos de propaganda política	553
17.2	Propaganda eleitoral	556
17.2.1	Introdução.....	556
17.2.2	Princípios	558
17.2.3	Classificação.....	559
17.2.4	Propaganda eleitoral ilícita e sanção.....	562
17.2.5	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada ...	565
17.2.5.1	Não configuração de propaganda eleito- ral antecipada: o art. 36-A da LE	568
17.2.5.2	Dever de tratamento isonômico por emissoras de rádio e TV	574
17.2.5.3	Impulsioneamento em redes sociais no período de pré-campanha	574
17.2.5.4	Responsabilidade por propaganda ante- cipada	576
17.2.6	Propaganda em bem público	577
17.2.7	Propaganda em bem de uso ou acesso comum.....	579
17.2.8	Propaganda em bem cujo uso dependa de autori- zação, cessão ou permissão do Poder Público.....	580
17.2.9	Propaganda em bem particular	582
17.2.10	<i>Outdoor</i>	585
17.2.11	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e ou- tros impressos	586
17.2.12	Comício, showmício e eventos assemelhados, live....	587
17.2.13	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico....	589
17.2.14	Reunião e manifestação coletiva	591
17.2.15	Templo, culto e cerimônia religiosos.....	591
17.2.16	Caminhada, passeata e carreata	592
17.2.17	Propaganda mediante distribuição de bens ou van- tagens	592
17.2.18	<i>Telemarketing</i> eleitoral.....	593
17.2.19	Mensagens de felicitação e agradecimento	594
17.2.20	Divulgação de atos e atuação parlamentar.....	594
17.2.21	Mídia: meios de comunicação social.....	595
17.2.22	Mídia escrita	596
17.2.23	Mídia virtual	597
17.2.24	Rádio e televisão.....	598
	17.2.24.1 Aspectos da propaganda no rádio e na televisão.....	598

	17.2.24.2 Entrevistas com candidatos.....	602
	17.2.24.3 Debate	603
	17.2.24.4 Debate virtual.....	606
17.2.25	Propaganda gratuita no rádio e na televisão	607
	17.2.25.1 Introdução	607
	17.2.25.2 Conteúdo da propaganda	609
	17.2.25.3 Distribuição do tempo de propaganda	610
	17.2.25.4 Primeiro turno das eleições.....	613
	17.2.25.5 Segundo turno das eleições	615
	17.2.25.6 Invasão de horário e participação de apoiador	616
	17.2.25.7 Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão	618
	17.2.25.8 Sanções.....	620
17.2.26	Propaganda na Internet e nas redes sociais	622
	17.2.26.1 Responsabilidade jurídica	630
	17.2.26.2 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	634
17.2.27	Página institucional na Internet.....	637
	17.2.27.1 Página institucional na Internet de candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo ...	638
17.2.28	Dia das eleições: propaganda e liberdade de expressão dos eleitores.....	638
17.2.29	Violação de direito autoral.....	640
17.2.30	Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV	641
17.2.31	Imunidade parlamentar material.....	641
17.3	Representação por propaganda eleitoral ilícita	642
	17.3.1 Procedimento do artigo 96 da Lei das Eleições.....	642
	17.3.2 Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita	643
	17.3.3 Aspectos processuais da representação	644
	17.3.3.1 Procedimento	644
	17.3.3.2 Prazos	644
	17.3.3.3 Intimação de partes, procuradores e Ministério Público	646
	17.3.3.4 Início do processo.....	647
	17.3.3.5 Petição inicial	647
	17.3.3.6 Objeto.....	648
	17.3.3.7 Causa de pedir.....	649
	17.3.3.8 Partes	650
	17.3.3.9 Prazo para ajuizamento.....	653
	17.3.3.10 Desistência da ação.....	655

	17.3.3.11 Competência	655
	17.3.3.12 Tutela provisória de urgência.....	658
	17.3.3.13 Tutela de evidência	659
	17.3.3.14 Citação do representado	660
	17.3.3.15 Defesa	660
	17.3.3.16 Intervenção obrigatória do Ministério Público.....	660
	17.3.3.17 Extinção do processo sem resolução do mérito	661
	17.3.3.18 Julgamento antecipado do mérito	661
	17.3.3.19 Fase probatória.....	661
	17.3.3.20 Alegações finais.....	664
	17.3.3.21 Julgamento.....	664
	17.3.3.22 Recurso.....	665
17.4	Direito de resposta	670
17.4.1	Caracterização do direito de resposta	670
17.4.2	Aspectos processuais do pedido de direito de resposta.....	675
18	Eleições, consultas populares, voto e proclamação dos resultados....	683
18.1	Eleições e consultas populares.....	684
18.1.1	Consultas populares	685
18.2	Sobre o voto.....	686
18.2.1	Definição e classificação do voto.....	686
18.2.2	Voto e escrutínio	690
18.2.3	Voto eletrônico ou informatizado.....	691
18.2.4	Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso	694
18.3	Garantias eleitorais.....	696
18.3.1	Introdução.....	696
18.3.2	Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos ...	698
18.3.3	Transporte de eleitores	699
18.3.4	Oferta de alimentos a eleitores	701
18.3.5	Restrição de acesso ao local de votação	701
18.3.6	Prioridade postal.....	702
18.3.7	Lei seca.....	702
18.3.8	Participação de forças federais nas eleições	702
18.3.9	Feriado nacional	703
18.4	Preparação para as eleições.....	704
18.5	Preparação para a votação.....	707
18.6	Dia da eleição: votação	708
18.7	Apuração e totalização dos votos	714
18.8	Proclamação dos resultados.....	715

19	Diplomação	717
19.1	Caracterização da diplomação.....	717
19.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i>	720
20	Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos	725
20.1	Considerações iniciais	725
20.2	Invalidade no direito eleitoral.....	728
20.2.1	Delineamento da invalidade no direito eleitoral.....	729
20.2.1.1	Inexistência.....	730
20.2.1.2	Nulidade.....	731
20.2.1.3	Anulabilidade.....	736
20.3	Prazos para arguição	743
20.4	Efeitos da invalidade	745
20.4.1	Efeitos gerais da invalidade	745
20.4.2	Indeferimento de registro de candidatura	746
20.4.3	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato.....	750
21	Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral	753
21.1	Ilícito eleitoral	753
21.1.1	Configuração do ilícito eleitoral	753
21.1.2	Sanção por ilícito eleitoral e proporcionalidade	754
21.1.3	Espécies de ilícitos eleitorais	755
21.2	Abuso de poder.....	755
21.2.1	Introdução.....	755
21.2.2	O que é abuso de poder?	756
21.2.3	Poder e influência	759
21.2.4	Tipologia legal do abuso de poder: <i>numerus clausus</i> ou <i>numerus apertus</i> ?.....	759
21.2.5	Abuso de poder econômico	762
21.2.6	Abuso de poder de autoridade	764
21.2.7	Abuso de poder político	766
21.2.8	Abuso de poder político-econômico	769
21.2.9	Abuso de poder midiático.....	770
21.2.10	Abuso de poder na Internet, meios digitais e redes sociais.....	772
21.2.11	Abuso de poder mediante discurso: os atos perlocutórios	776
21.2.12	Abuso de poder religioso	778
21.2.13	Abuso de poder docente.....	783
21.2.14	Gravidade das circunstâncias	784
21.2.15	Sanção por abuso de poder	785

21.3	Fraude	785
21.3.1	Sanção por fraude	787
21.4	Corrupção	787
21.4.1	Sanção por corrupção	790
21.5	Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A	791
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos	791
21.5.2	Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos	794
21.6	Captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	794
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio	794
21.6.2	Sanção por captação ilícita de sufrágio	804
21.7	Condutas vedadas a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78	805
21.7.1	Caracterização da conduta vedada	805
21.7.2	Espécies de condutas vedadas	809
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I...	810
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II	815
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III	816
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV	818
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V ...	820
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i>	822
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i>	824
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i>	827
21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11	828
21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74	830
21.7.2.11	Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII	832
21.7.2.12	Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII	835
21.7.2.13	Contratação de show artístico em inauguração de obra – art. 75	838
21.7.2.14	Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77	838

	21.7.2.15 Sanção por conduta vedada e proporcionalidade	839
21.8	Responsabilidade eleitoral.....	841
21.8.1	Noção de responsabilidade jurídica	841
21.8.2	Responsabilidade eleitoral e seu fundamento	843
21.8.3	Exigência de processo justo	846
22	Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suplementar	847
22.1	Extinção de mandato eletivo.....	847
22.1.1	Causa não eleitoral de extinção de mandato	848
22.2	Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo	849
22.2.1	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de ilícito e invalidação da votação.....	850
22.2.2	Não deferimento de registro de candidatura e invalidação da votação	851
22.3	Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE... ..	852
22.3.1	O artigo 224 do Código Eleitoral	852
22.3.1.1	O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	853
22.3.1.2	O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	854
22.3.2	Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE ...	857
22.3.3	Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?	859
22.3.4	Eleição suplementar direta e indireta	861
22.3.5	Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar	862
22.3.6	Responsabilidade civil por danos materiais e morais coletivos decorrentes da realização de eleição suplementar.....	863
23	Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90.....	867
23.1	Processo jurisdicional eleitoral	867
23.2	Tópicos processuais.....	869
23.2.1	Devido processo legal	869
23.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	870
23.2.3	Celeridade	870
23.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral	870
23.2.5	Demanda ou dispositivo	871
23.2.6	Impulso oficial	872
23.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença	872
23.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir	873

23.2.9	Persuasão racional do juiz e artigo 23 da LC nº 64/90	874
23.2.10	Fundamentação das decisões judiciais	875
23.2.11	Publicidade.....	876
23.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade.....	876
23.2.13	Instrumentalidade do processo	877
23.2.14	Gratuidade	877
23.2.15	<i>Amicus curiae</i>	878
23.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação	879
23.2.17	Negócio jurídico processual.....	881
23.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência	883
23.2.19	Processo eletrônico	884
23.2.20	Sessão de julgamento por meio eletrônico	885
23.3	Ações eleitorais	887
23.4	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) por abuso de poder	891
23.4.1	Considerações iniciais	891
23.4.2	Procedimento da AIJE	891
23.4.3	Atos judiciais e ordinatórios	892
23.4.4	Prazos processuais.....	893
23.4.5	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público.....	896
23.4.6	Início do processo	897
23.4.7	Petição inicial.....	897
23.4.8	Objeto	899
23.4.9	Causa de pedir	900
23.4.10	Partes.....	904
23.4.11	Prazo para ajuizamento	912
23.4.12	Litispendência e coisa julgada	914
23.4.13	Desistência da ação	914
23.4.14	Competência.....	915
23.4.15	Tutela provisória de urgência antecipada.....	917
23.4.16	Tutela provisória de urgência cautelar.....	919
23.4.17	Tutela de evidência.....	920
23.4.18	Citação do representado.....	920
23.4.19	Defesa	921
23.4.20	Arguição de incompetência	923
23.4.21	Arguição de imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição.....	924
23.4.22	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	927
23.4.23	Julgamento antecipado do mérito.....	928

23.4.24	Provas.....	929
23.4.25	Colheita e produção antecipada de provas	956
23.4.26	Audiência de instrução probatória	957
23.4.27	Diligências.....	958
23.4.28	Alegações finais	959
23.4.29	Relatório	959
23.4.30	Julgamento	960
23.4.31	Recurso	965
	23.4.31.1 Recurso contra decisão interlocutória	965
	23.4.31.2 Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do pro- cedimento	968
	23.4.31.3 Juntada de documento novo no recurso ...	971
23.4.32	Efeitos do recurso.....	972
	23.4.32.1 Efeito imediato do acórdão que cassa di- ploma: afastamento do mandatário cas- sado.....	974
23.4.33	Juízo de retratação.....	975
23.4.34	Recurso adesivo.....	975
23.4.35	Sessão de julgamento por meio eletrônico	976
23.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins elei- torais – LE, art. 30-A.....	976
23.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	983
23.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78 ...	990
23.8	Cúmulo de ações: Cumulo de pedidos em um mesmo pro- cesso	996
23.9	Conexão e reunião de causas eleitorais	997
	23.9.1 Juízo competente.....	1001
	23.9.2 Procedimento a ser observado	1001
23.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência	1002
24	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	1005
24.1	Caracterização da ação de impugnação de mandato eletivo ...	1005
	24.1.1 Compreensão da AIME.....	1005
	24.1.2 Inelegibilidade e AIME.....	1007
24.2	Procedimento da AIME	1009
	24.2.1 Introdução.....	1009
	24.2.2 Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	1010
	24.2.3 Temas comuns com o procedimento da AIJE.....	1011
	24.2.4 Segredo de justiça.....	1011
	24.2.5 Petição inicial.....	1012
	24.2.6 Objeto	1014
	24.2.7 Causa de pedir	1014

24.2.8	Partes.....	1015
24.2.9	Prazo para ajuizamento.....	1017
24.2.10	Litispendência e coisa julgada	1019
24.2.11	Desistência da ação.....	1019
24.2.12	Competência.....	1021
24.2.13	Tutela provisória de urgência cautelar.....	1021
24.2.14	Citação.....	1022
24.2.15	Defesa	1022
24.2.16	Arguição de incompetência	1023
24.2.17	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	1023
24.2.18	Julgamento antecipado do mérito.....	1024
24.2.19	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	1025
24.2.20	Alegações finais	1026
24.2.21	Julgamento	1027
24.2.22	Recurso	1028
24.2.23	Juízo de retratação.....	1028
25	Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	1029
25.1	Caracterização do recurso contra expedição do diploma (RCED)	1029
25.2	Natureza jurídica do RCED	1032
25.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	1033
25.4	Aspectos processuais.....	1034
26	Execução eleitoral.....	1047
26.1	Sanções eleitorais.....	1047
26.2	Execução Patrimonial.....	1048
26.2.1	Execução de multa eleitoral	1048
26.2.2	Execução de <i>astreinte</i>	1053
26.2.3	Execução de crédito da União em processo de prestação de contas de partido	1054
26.2.4	Honorários advocatícios em ação de execução.....	1055
27	Ação rescisória	1057
27.1	Ação rescisória eleitoral.....	1057
27.2	Ação de anulação de ato processual.....	1061
27.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1062
	Referências	1063
	Índice	1075
	Apêndice: Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	1085